

Xerentes armam aldeias em busca da terra perdida

WALDER DE GÓIS - ENVIADO ESPECIAL

Tocantínia (Norte de Goiás) - Em sete aldeias, dispersas numa área de quase dois mil quilômetros quadrados, 320 xerentes estão vivendo uma atmosfera de trincheira, prometendo abandonar as leis e os códigos dos cristãos restaurar o espírito guerreiro e abrir a arco e flexa o círculo no qual a civilização os vai fechando, implacavelmente para eliminar, as condições materiais de subsistência e para eliminar os escassos traços culturais indígenas que ainda persistem.

No mesmo cenário, das margens dos ribeirões que desembocam no Tocantins pequenos fazendeiros e roceiros põem-se desorganizadamente em fuga. Abandonam palhoças e plantações e arrastam pelo mato e pelas picadas de areia os muitos filhos e os poucos cavalos, vacas, porcos e galinhas, em busca de um lugar seguro - as praias com a possibilidade de barcos e a cidade com as promessas de ajuda da população, também em pânico depois das ameaças de assalto indígena e das notícias dos saques na área rural.

- Nós não confia mais no cristão ele só engana a gente, nós vai agir do nosso jeito.

Capitão-geral das sete aldeias, líder do Conselho dos Anciãos, Kumnikãe discursava freneticamente na noite da última sexta-feira, com índios e soldados na platéia. No terreiro da aldeia o velho xerente, apoiado numa vara de pau d'arco, girava sobre si mesmo, apontando na linha do horizonte os limites de suas terras. A voz de Kumnikãe, antes apenas dramática, adquiria agora um timbre quase metálico para anunciar a decisão: os índios deram à Funai, no último dia 10., um prazo de 15 dias, findo o qual e não atendida a exigência de demarcação das terras eles mesmos expulsarão a poder de arco e flexa os dois ou três mil cristãos que lá vivem.

SEMPRE A TERRA

A indefinição da propriedade da terra está na base de todo o conflito entre os xerentes e a população de Tocantínia, município localizado na margem direita do rio Tocantins, a 1.050 quilômetros de Goiânia. A definição foi proposta pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios em 1963, na forma de uma Ação de Manutenção de Posse que não passou da fase de citação, porque o órgão oficial, desorientado pelas sucessivas e antagônicas administrações, não ofereceu à Justiça os meios financeiros para a realização dos trabalhos. Em 1963, as relações entre índios e civilizados já eram precárias e vinham de um processo de deterioração iniciado no século passa.

Nos últimos anos, porém, as condições de coexistência pacífica foram praticamente eliminadas. Como os agricultores continuaram a fazer derrubadas e ainda apareceram madeiras nas frageis florestas regionais, os índios foram sendo cada vez mais sitiados em suas aldeias. A fauna regional é extremamente pobre e com o abate continuado de animais, por índios e civilizados, aproxima-se para a extinção. De ambas as partes, a agricultura e a pecuária são feitas da forma mais primitiva possível: as áreas de pasto do rebanho bovino não são cercadas e a cerca das roças não resiste à pressão de um bezerro. Era inevitável que o conflito progredisse.

Numa primeira etapa, as reses dos civilizados invadiam as roças dos índios e estes as matavam. "Para não istruir nós comia o animal", contou-me certa feita o índio Caetano. Em seguida, famintos e já desmoralizados pela desorganização cultural, os índios passaram a procurar as reses e abatê-las. A cada resistência correspondia um conflito. Em 1957, por resistir, oito xerentes mataram o fazendeiro Pedro Lôbo perto da aldeia do Funil. Antes arrancaram-lhe os dois olhos com um punhal. O conflito, afinal, se generalizou. Instauraram-se, nas aldeias, a alegação de que os cristãos que os índios consideram sua propriedade, e a consciência decorrente de que era lícita a matança de reses. Numa segunda etapa, já conscientizados, os xerentes passaram a saquear as fazendas para abastecer-se de alimentos e roupas. Era a liquidação completa das bases de coexistência.

NOVA CONFLAGRAÇÃO

A inadequada substituição de valores culturais, em geral, e particularmente a frustração continuada dos pedidos de demarcação das terras, a fome e a doença, a maior consciência de seus problemas e a cobertura da Guarda Rural Indígena, são os fatores principais da nova irrupção do ânimo guerreiro nas aldeias. No dia 16 do mês passado, o capitão-geral Kumnikãe reuniu os anciãos e os capitães das aldeias e decidiu uma nova conflagração. A noite os guerreiros declaram o esforço de guerra, avisaram as mulheres e Kumnikãe chamou o chefe do Posto da Funai, Leonardo Aparecido Machado, e comunicou-lhe que o conflito estourara e que se ele tivesse medo podia ir embora, "que nós não vai obrigar você a brigar também." Na última sexta-feira, Kumnikãe repetia os argumentos e a decisão, no terreiro enlurado no Posto da Porteira:

- Nosso pai Rondon morreu, depois veio o governo e disse que era nosso pai. Mas não dá as nossas terras, então não é mais nosso pai. Se nós não tem pai, então nós está só e vai tomar as terra do cristão de qualquer jeito.

No dia 17 os índios adultos, cerca de 140, pintaram-se para a guerra, saíram aos grupos em todas as direções do território e começaram a invadir roças, apropriar-se dos estoques de cereais e pedir a todos que abandonassem as terras. A maioria dos fazendeiros e roceiros continua resistindo, mas a cada hora o êxodo se amplia. Nas praias do Tocantins, na última sexta-feira, dezenas de famílias - com seus cães, galinhas, porcos e malas de roupa - aguardavam os barcos que sobem o rio. Só na barra do rio dos Bois acamparam cinco famílias: Jonas José Ferreira, com sete filhos, que morava na barra do ribeirão Castelo; a viúva Neuza e seus 6 filhos; Cicero, Antonio, todos com mulher e filhos e mais Justino Ribeiro, morador da Taboca. Justino conta que chegaram à sua casa 27 índios, dois armados, levaram 17 sacos de mandioca e o ameaçaram de morte. Foi um pouco diferente com Anatole Costa, com roça em Poços a 6 quilômetros da aldeia da Porteira. Os índios chegaram na terça e arrasaram tudo:

- Seu moço, foi um horror. Os cabócos levaram até a roupa e as redes dos meninos.

Na sexta-feira passada, o prefeito Valperino Gomes dava sequência às providências iniciadas na véspera: a remoção dos desabrigo das praias e das fazendas mais ameaçadas para a cidade. Calculava-se em 150



O guerreiro xerente, com o arco, a flexa e o cdo, tanto pode ir à caça quanto à guerra

peçoas, de trinta famílias, os fugitivos dos índios.

O caso mais doloroso é certamente o de Gabriel dos Reis Pinto. O nome do lugar onde mora é São Bento, perto da barra da Piabonha. Tem 86 anos e nasceu lá. Recebeu as terras de seu avô Caetano Tavares, que também nasceu lá. A família tem mais de duzentos anos de posse da terra, que foi ocupada por um descendente no começo do processo de ocupação demográfica do norte goiano. Gabriel, ou Tio Bié, nasceu fazendo roça e há 50 anos resiste passivamente à ação dos índios, que periodicamente vão à sua casa, destroem as cercas, colhem o arroz e a mandioca e levam o porco capado que durante meses foi alimentado dia a dia para suprir a família de gordura. Nunca fez a menor resistência e quem o vê, com as faces cavadas, chorando no moirão da porteira do pequeno curral, anunciando a próxima mudança para outras terras, compreende de repente esse amor visceral do sertanejo à sua terra e a extensão das injustiças que se deflagram nos vazios de lei e ordem do interior brasileiro.

Tio Bié chegou a ser um fazendeiro forte, com muitos burros de arrião. Na semana passada, o filho Pedro deixou a mulher na cama, de resguardo, pediu a Sanha que olhasse os outros seis filhos, e foi reunir as 14 reses que sobraram do antigo e exuberante rebanho. Já devem estar todas, com o garço à frente, caminhando pelo mato à procura de novas terras.

CONFLAGRAÇÃO TOTAL

Quando o delegado da Funai em Goiás, Joaquim Mário Ferreira, chegou dia 10. último à aldeia da Porteira, a situação era grave. O prefeito Valperino Gomes havia telegrafado ao Comandante da Polícia Militar de Goiás, informando que os índios estavam saqueando todo o município e a situação se encaminhava para um genocídio. Atendendo também a apelos da presidência da Funai, foi enviado um destacamento especial de 11 homens, armados de fuzis e metralhadoras, para instalar-se na própria aldeia da Porteira. O tenente Gilberto e seus praças estão lá, mas não é da ação policial a conquista da paralisação das hostilidades.

No dia 10., o delegado Mario Ferreira obteve dos capitães Kumnikãe e Spomenquã uma trégua de 15 dias, com a promessa de que resolveria o problema das terras até aquela data. Mas os índios, cessando as hostilidades, não cessaram o esforço guerreiro. Mais de quinhentos conjuntos de arco e flexa foram rapidamente fabricados e as bordunas são centenas escondidas no mato e nas casas das sete aldeias. Não é verdadeira a informação, posta a circular em Tocantínia, de que os índios dispõem de armas modernas. Eles tem algumas espingardas de caça, com munição limitada.

Mas os xerentes têm, no seu ânimo guerreiro, o apoio da Guarda Rural Indígena, integrada de naturais da tribo. O destacamento do posto da Porteira são 11

homens, comandados pelo cabo Jair Pereira da Silva, colocado à disposição da Funai pela PM de Goiás. Na noite do discurso monumental de Kumnikãe, cabo Jair também discursou. Possivelmente contagiado pela inflamação oratória indígena, chamou os índios à volta de si e com ares de general declarou, solene:

- Vocês sabem que eu dou ordens é para serem cumpridas. E se eu dou uma ordem, garanto a ordem. Vocês sabem que eu não volto atrás. Eu já disse e repito: se qualquer cristão fizer derrubada, vocês podem ir lá, tomar a terra e plantar. Cristão nenhum pode plantar nada em nenhuma terra aqui. Eu garanto o tempo. Pode ser até na fazenda do prefeito. Pode ir que eu garanto. Vocês podem invadir qualquer fazenda para plantar derrubada nova, tirar côco e caçar.

E repetia, crescentemente enfurecido:

- Eu posso dar essas ordens. Eu garanto.

O sargento Antonio Rodrigues, do destacamento especial da PM, ficou ao lado e não quis intervir, para não apodar os ânimos. Mas cabo Jair estava indôcil. Nessa mesma noite explicou-me a extensão de sua autoridade sobre os índios, acusou os roceiros da região e no dia seguinte, bem cedo, reuniu os dez guardas rurais indígenas em ordem militar, e fez outro discurso:

- Vocês já sabem mas eu repito: aqui na aldeia não entra ninguém, nem o rei entra, vocês podem expulsar quem pretender entrar aqui. Só com ordem da Funai pode entrar.

Cabo Jair Pereira da Silva referia-se a um incidente na noite anterior. O coronel Geraldo de Freitas, chefe do Estado Maior da PM goiana, esteve na aldeia para verificar a situação. Tendo passado pela cidade, trouxe consigo o prefeito Valperino Gomes. Durante a inspeção, no escuro da aldeia, um índio armou-se de uma faca e ia assassinar o prefeito quando foi detido. Cabo Jair também não gosta do prefeito e por isso, no discurso perante a Guarda Indígena, não vacilou:

- Ele é o maior inimigo do índio. Eu me arrependo de não ter expulsado ele daqui ontem.

Os xerentes eram 2.039 em 1851. A informação consta dos "Mapas dos Índios Xerentes e Xavantes," elaborado por Frei Rafael de Taggia, que juntamente com Frei Antonio de Gães trabalhou na catequese. Naquela época, porém, eles dominavam uma vasta área do norte goiano, talvez 25 mil quilômetros quadrados, envolvendo os territórios de cinco ou seis municípios. Hoje os xerentes são apenas 508, 320 nas sete aldeias de Tocantínia e 178 no rio do Sono, no município de Lizardia. Nos 120 anos que mediaram entre as duas estatísticas, transformou-se radicalmente a vida dos silvostílicos.

Na medida em que a vasta região se povoava, o conflito com os novos habitantes foi gradativamente sitando os xerentes em cantões de floresta aqui e aco-

lá, sempre dispersamente. O povoamento significou também a extinção da fauna, historicamente pobre no vale do Tocantins. Arrancados da vida primitiva e postos em relação com os cristãos os xerentes aprenderam rapidamente os "vícios civilizados", principalmente o da cachaça e a gripe e o sarampo grassaram fácil nas aldeias. Mesmo recentemente, em 1967, na aldeia do Funil, em um só dia morreram 12 atacados de sarampo. Doentes e famintos, com a sua cultura em desorganização, os xerentes começaram um processo de dependência em face dos criadores de gado e agricultores. Sempre repellidos, começaram uma vida nômade, invariavelmente subindo o rio Tocantins à procura de áreas desértas.

Os 320 xerentes de Tocantínia não nasceram onde estão agora, mas vieram principalmente de Pedro Afonso, mais em baixo, de Tupirama e de Miracema, atravessaram o rio e entraram em atrito com os fazendeiros que já habitavam a região Por mais de 50 anos, porém, índios, fazendeiros e agricultores viveram pacificamente, com choques apenas ocasionais. É dos últimos 30 anos a história da discórdia e do atrito rotinizados. Os fazendeiros, agricultores ou simples roceiros se multiplicaram com o tempo, as matas foram sendo destruídas, juntamente com a fauna, e começou a encurtar-se a distância relativa entre as aldeias, a cidade e as fazendas.

Os protestos do velho capitão pedindo aos cristãos que devolvam as suas terras, têm o peso de toda essa justificação histórica. Hoje eles estão acabados, desmoralizados pela cachaça e pela improdutividade, física e psicologicamente frágeis, e muitos já nem saem a caça ou a pesca. Na aldeia do Funil, o velho cacique Caetano, com mais de cem anos, está sentado num couro à porta da choupana, há muitos anos recusa-se a falar e a sua máscara de tristeza só encontra paralelo na desolação da própria paisagem circundante: o descampado, areia e vegetação seca a perder de vista, a vida animal destruída, inteiramente rompido o equilíbrio biológico, apenas os sapos fazem a sua sinfonia solitária nas bocas de noite.

Até a substituição chegou às aldeias. No ano passado, o fazendeiro Pedro Branco chamou o índio Narcísio, pai de Clotildes, de 16 anos, e fez um acordo com ele. Nos fins de todas as semanas subsequentes, o fazendeiro Pedro Branco ia à aldeia, entregava algumas garrafas de cachaça ao índio Narcísio e dormia na cabana de Clotildes. Em setembro, o cabo Jair e mais dois guardas indígenas viajaram dez léguas a pé à procura de Pedro. Não o encontrando, prenderam-lhe o genro, Raimundo Ribeiro, que foi desarmado e trancado na cadeia da aldeia da Porteira. Houve protesto em Tocantínia.

AS RAZÕES DE OUTROS

O município de Tocantínia são 1.915 quilômetros quadrados. Nessa área vivem os 320 xerentes e mais uma população de 6.433 pessoas, das quais duas mil na cidade. As propriedades rurais cadastradas no Ibra são 512. O rebanho bovino é constituído de 5 mil reses. A arrecadação tributária é quase nula. Esse é o quadro atual, mas Tocantínia já foi muito melhor. Na atmosfera de pânico, ninguém se arrisca a nenhum investimento na agricultura e na pecuária e o êxodo se intensifica, dando sequência ao processo que, iniciado há muitos anos, conduziu o município a uma regressão demográfica: a população total chegou a ser de 10 mil pessoas.

As 5 mil reses de hoje eram 20 mil há dez anos e das 512 propriedades rurais apenas 150 são produtivas, mas 90 por cento delas em nível de economia de subsistência.

Tudo acabou aqui: a população continua saindo, o rebanho bovino está quase extinto, ninguém se arrisca a projetos agrícolas de envergadura. Se o governo não resolver o problema, Tocantínia será riscada do mapa - queixa-se amargamente o prefeito Valperino Gomes, que é também fazendeiro e já perdeu muitas reses e muitas roças para os índios.

Ninguém, em Tocantínia - nem o prefeito, nem o vigário, nem os comerciantes - deseja a expulsão dos índios. Defendem uma distribuição justa das terras e um rígido controle de divisas. Mas o problema é que os xerentes querem cerca de 1.650 Kms quadrados do total de 1.915 do município e não admitem a idéia de reunir as aldeias numa só área, com o domínio de metade do território municipal. E na área declarada indígena pelos xerentes, vivem 3 mil pessoas, cada família com roça e pequena criação de gado. Pelo menos 47 famílias têm título definitivo da terra ocupada, expedidos pelo governo de Goiás.

UM DILEMA

Em toda a controvérsia, algumas verificações são definitivas. Dos valores e instituições próprios da cultura xerente, pelo menos 75 por cento já foram destruídos pelas relações com os cristãos e pelas contradições que daí nasceram. A língua, o sentimento de clã, os ritos e algumas das crenças continuam. Mas os modos de ser e agir econômicos e tecnológicos vieram abaixo, juntamente com muitas das crenças e até o formato das aldeias, caiu até o leivato substituído pelo modelo de matrimônio herdado da cidade. O retorno ao sistema antigo é cientificamente impossível, seja pela irreversibilidade da mudança cultural seja pela destruição da ecologia que viabilizava os modos de ser e agir anteriores.

Uma idéia é a de evitar a descaracterização cultural completa, através da ampliação da distância relativa entre a cidade e as aldeias e da valorização, aí, dos modos econômicos e tecnológicos próprios da cultura xerente. Resta saber, em face da transformação radical já operada, se uma política dessa natureza presta-se à estruturação de uma sociedade indígena pelo menos razoável. Outra idéia é retirar os xerentes da zona fronteira em que culturalmente se encontram, marginais de duas culturas antagônicas, e agrupá-los numa comunidade à qual se dará acesso aos padrões modernos tecnológicos e econômicos.

Qualquer que seja a opção, alguém já está trabalhando para facilitar o caminho futuro dos xerentes. Gunther Carlos Krieger, catarinense de 33 anos, missionário da Igreja Batista, está há 13 anos em Tocantínia. Fundou uma escola na aldeia do rio do Sono, aprendeu a língua dos índios e está escrevendo um livro em xerente, para distribuição nas aldeias. É uma história de índios, na qual os velhos dão aos mais novos as lições mais simples dos cuidados sanitários.

